

PLANO PEDAGÓGICO DE CURSO MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO DA EDAP/IDP

1. Objetivo do Curso	1
2. Perfil do Egresso:	2
3. Área de Concentração: Direito Econômico	2
4. Linha de Pesquisa: “Direito Econômico, Instituições e Democracia”	3
5. Estrutura Curricular e Proposta Metodológica:	4
5.1. Disciplinas Obrigatórias:	5
6. Lista de Disciplinas Optativas	9
7. Corpo Docente:	10
8. Eventos Acadêmicos e Inovações Pedagógicas Relacionados ao MPD:	16
8.1. Módulo Métodos de Pesquisa Aplicada	16
8.2. Módulo de Escrita Acadêmica	19
8.3. I Seminário Internacional de Pesquisa Aplicada	20
8.4. I Seminário “Justiça em Números em Debate”	20

1. Objetivo do Curso

Inaugurado em 2019, o Mestrado Profissional em Direito da EDAP/IDP, é uma iniciativa inovadora de ensino e pesquisa que formação acadêmica dos quadros jurídicos de excelência tomando como valores centrais o desenvolvimento de pesquisas que incidam positivamente em contextos jurídicos complexos, bem como a produção e compartilhamento de conhecimentos que proporcionem o avanço das práticas acadêmicas e profissionais brasileiras.

Considerando a elevada dinamicidade do Direito Econômico, marcado por frequentes e complexas transformações legislativas e regulatórias, o objetivo do Mestrado Profissional em Direito da EDAP/IDP tem como área de concentração “Direito Econômico” e linha de pesquisa em “Direito Econômico, Instituições e Democracia”.

Desta forma, centra-se em formar profissionais capazes de lidar com os problemas jurídicos relacionados dessa crescente complexidade das intervenções estatais no domínio econômico. Trata-se, portanto, de importante contribuição da EDAP/IDP ao relevante e ainda incipiente processo de aprofundamento acadêmico dos profissionais do Direito que atuam em contato direto ou indireto com o Direito Econômico.

2. Perfil do Egresso:

O público alvo do MPD é composto por profissionais que almejam qualificação acadêmica para atuar em seus contextos de trabalho, bem como construir repertório conceitual para desenvolver estratégias teóricas e jurídicas para o e aperfeiçoamentos nas das instituições e dos institutos jurídicos que, direta ou indiretamente, influenciam a atuação estatal no domínio econômico.

Espera-se que ao final do curso o profissional egresso contribua para a consolidação e aperfeiçoamento de práticas profissionais, disseminando seu conhecimento. Deve ele contribuir para que se reformule ou aperfeiçoe, por meio das reflexões de Direito Econômico, regras e práticas jurídicas, demonstrando que elas valorizam o trabalho humano, aperfeiçoam a livre iniciativa, assegurarem existência digna, a soberania nacional, a propriedade privada, a função social da propriedade, a livre concorrência, a defesa do consumidor, a defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais, a busca do pleno emprego e o tratamento adequado das empresas de pequeno porte.

Busca-se, assim, uma formação que desenvolva nos discentes e futuros egressos as competências para: a) selecionar criticamente as informações relevantes e, a partir daí, adotar decisões jurídicas fundamentadas; b) resolver problemas que demandam conhecimento jurídico de áreas complementares ao Direito Econômico, com flexibilidade e adaptabilidade analítica para cada situação específica; c) desenvolver um processo contínuo de aprendizagem voltada que permita a adaptação às constantes mudanças de demandas no mercado de trabalho e na sociedade.

3. Área de Concentração: Direito Econômico

As principais perspectivas teóricas de Direito e Economia que se destacaram na agenda de organizações internacionais a partir da década de 1990 estruturaram-se a partir da premissa de que a intervenção estatal no domínio econômico deveria ser instrumentalizada de forma a atingir o objetivo supremo de eficiência alocativa nos mercados. Essas abordagens, fortemente influenciadas pela literatura de Law and Economics, partem da pré-compreensão supostamente neutra dos institutos jurídicos enquanto elementos que poderiam ser artificialmente manipulados em prol de um projeto universalizante de crescimento econômico, numa perspectiva generalizante do tipo one-fits-all.

As limitações dessas abordagens têm sido cada vez mais exploradas no campo das ciências sociais aplicadas e, com especial ênfase, no Direito. Principalmente após as recentes crises financeiras, tem se difundido trabalhos como os de Curtis Milhaupt e Katharina Pistor, que propõem uma análise jurídica do desenvolvimento econômico nos sistemas capitalistas adotando como pressuposto o caráter dinâmico e mutável da relação entre Economia e Direito, traduzida na noção de “rolling relation” entre o ordenamento jurídico e os mercados (MILHAUPT, C. e PISTOR, K. Law & Capitalism. What Corporate Crises Reveal About Legal Systems and Economic Development Around the World. Chicago: The University of Chicago Press, 2008, p. 17).

Sob essa perspectiva crítica, entende-se que a liberdade econômica não corresponde a um dado exógeno ao campo jurídico, mas sim representa um constructo

artificializado do próprio Direito. É nesse mesmo sentido também a reflexão proposta por Cass Sustein, segundo a qual os mercados devem ser compreendidos como constructos jurídicos e avaliados com base em critérios de justiça social, em substituição à premissa de que refletem interações voluntárias e naturais (SUNSTEIN, Cass R. Free Markets and Social Justice. New York: Oxford University Press, 1997, p. 5.)

No Brasil, a construção de uma perspectiva crítica sobre a relação entre Direito e Desenvolvimento, porém, tem se restringido a poucos círculos acadêmicos. Se por um lado as limitações do discurso de neutralidade institucional estão sendo cada vez mais exploradas e evidenciadas nesses espaços, a formação jurídica de profissionais atuantes nas esferas públicas e privadas continua a ser colonizada por uma perspectiva formalista e autorreferenciada do Direito Econômico enquanto campo hermético e antipolítico do conhecimento jurídico.

É com o intuito de superar essa lacuna que a Área de Concentração “Direito Econômico” propõe a produção de pesquisas acadêmicas, com viés profissionalizante, que explorem, sob uma perspectiva analítica crítica, os desafios da estruturação de políticas públicas de intervenção do Estado no domínio econômico no contexto de uma ordem constitucional democrática plural e compromissória. Nessa senda, parte-se da concepção de um Direito Econômico de cunho essencialmente mutável e aberto à valoração político-social, reconhecendo-se que este campo do conhecimento jurídico se desenvolve não apenas em uma dimensão estatutária de definição do lugar e da função geral do Estado nas relações econômicas, mas também em uma dimensão diretiva voltada à alteração das estruturas existentes em prol da realização de mandatos constitucionais. (BERCOVICI, Gilberto. Política Econômica e Direito Econômico. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 105, p. 389–406, 2010, p. 397).

O objetivo de se estabelecer uma ponte entre a reconstrução teórica das relações entre Direito Econômico e Desenvolvimento e a produção de conhecimento científico que contribua para a transformação efetiva do processo de formulação de políticas públicas é buscado a partir da articulação coerente entre as reflexões propostas pela Área de Concentração e as disciplinas e projetos de pesquisas que estruturam a Linha de Pesquisa “Direito Econômico, Instituições e Democracia”.

4. Linha de Pesquisa: “Direito Econômico, Instituições e Democracia”

A Linha de Pesquisa “Direito Econômico, Instituições e Democracia” tem como ponto de partida o entendimento de que as constituições democráticas são marcadas pela consagração de ideologias compromissórias sobre o papel do Estado no domínio econômico. Nessa perspectiva, a legitimidade material das intervenções estatais é buscada na coordenação de interesses multifacetados provenientes das mais diversas concepções ideológicas compatíveis com o pluralismo democrático (MOREIRA, Vital. Economia e Constituição: para o conceito de Constituição Económica. 2a Ed. Coimbra: Editora Coimbra, 1979).

Tal acomodação de princípios se mostra bastante evidente no contexto brasileiro. Se por um lado a Constituição Federal de 1988 parece ter cristalizado entre nós um modelo de Estado liberal, a partir da consagração de preceitos como o da livre iniciativa e da livre concorrência, a vigência de princípios da soberania nacional (art. 170, I), da

redução das desigualdades regionais e sociais (art. 170, VII), da defesa do consumidor (art. 170, V) e do tratamento favorecimento para empresas de pequeno porte (art. 170, IX), também denota possibilidades marcantes de intervencionismo socioeconômico. Diante desse quadro, a impossibilidade de antecipação inequívoca e consensual dos preceitos que orientam a atuação econômica do Estado é um dos traços marcantes da ordem econômica constitucional estabelecida pela Constituição de 1988. Partindo desse pressuposto axiológico, a Linha de Pesquisa “Direito Econômico, Instituições e Democracia” visa explorar como essa feição aberta ao pluralismo democrático que tanto marca a ordem econômica constitucional se desenvolve sobre os mais diversos campos de intervenção estatal no domínio econômico, como o Direito Econômico, o Direito Ambiental, o Direito Tributário, o Direito do Consumidor, o Direito Regulatório, o Direito da Concorrência, o Direito Administrativo, entre outros.

A opção por reunir essas áreas na mesma Linha de Pesquisa decorre da visão de que é contraproducente dissociar e analisar isoladamente as premissas e os instrumentos de Direito Econômico, de Direito Ambiental, de Direito Tributário, de Direito Administrativo, de Direito Regulatório, de Direito da Concorrência e de Direito do Consumidor que fundamentam a intervenção do Estado na economia. Parte-se, portanto, de uma concepção crítica que compreende a multidimensionalidade do fenômeno da atuação estatal no domínio econômico. Sem embargos das especificidades de cada uma dessas áreas, tem-se como elemento comum o desafio intrínseco à ciência jurídica de estabilizar parâmetros de legitimidade da ação estatal, por meio da definição de estratégias jurídicas e econômicas socialmente desejáveis e, conseqüentemente, que contribuam efetivamente para a concretização de direitos fundamentais garantidos constitucionalmente.

Partindo dessas compreensões, as disciplinas que integram a Linha de Pesquisa “Direito Econômico, Instituições e Democracia” buscam fornecer aos egressos capacidade de análise crítica para lidar com a multidimensionalidade dos desafios decorrentes da intervenção estatal no domínio econômico. Nesse sentido, propõe reflexões sobre o papel das instituições jurídicas na operacionalização de políticas públicas, os obstáculos à responsabilização socioambiental de entidades empresarias, os desafios afetos à regulação de serviços públicos no contexto de emergência de novas tecnológicas, as possibilidades de redução das desigualdades sociais a partir do aprimoramento de sistemas de tributação, o combate à corrupção e a proteção da integridade dos mercados, entre outros.

5. Estrutura Curricular e Proposta Metodológica:

A EDB/IDP procura distanciar-se cada vez mais dos modelos tradicionais de ensino e pesquisa jurídica, substituindo-os por abordagens metodológicas contemporâneas problematizadoras, que possibilitem maior reflexão sobre o papel que o Direito tem a exercer na estruturação e modelagem de soluções jurídicas que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do país. Essa postura pedagógica problematizadora compreende a importância do Direito como disciplina estruturante das modelagens institucionais necessárias ao desenvolvimento econômico e à implementação de políticas públicas.

Para alcançar seus objetivos, o MPD distancia-se da formação enciclopédica que se volta para apreensão acrítica de conceitos e aproxima-se de uma abordagem aplicada do Direito Econômico, fundamentada na conjugação da reflexão crítica do conhecimento jurídico com o estímulo à proposição de soluções jurídicas para lidar com problemas concretos enfrentados na prática profissional. Assim, a proposta pedagógica do MPD é fornecer bases conceituais, semânticas, metodológicas, teóricas e práticas para que profissionais que lidam com Direito Econômico em quaisquer de suas vertentes possam pensar, refletir e inovar no desempenho suas profissões, o que só é possível desde a perspectiva interdisciplinar e aplicada da ciência jurídica.

Por ser um Mestrado Profissional, o MPD privilegia a discussão de situações jurídicas reais, motivo pelo qual a experiência dos profissionais torna-se um pré-requisito importante. Planeja-se, assim, que MPDED atraia discentes que buscam conhecimento acadêmico para aprofundar suas capacidades profissionais e, assim, enfrentar novos desafios

5.1. Disciplinas Obrigatórias:

- **Direito, Desenvolvimento e Sustentabilidade**

Crescimento, desenvolvimento e subdesenvolvimento: conceitos. Direito econômico e direito ao desenvolvimento. Realidade brasileira: formação econômica brasileira e processo de industrialização. Desenvolvimento na ordem econômica e na ordem social: atividade econômica, desenvolvimento nacional equilibrado, seguridade social, educação, ciência e tecnologia. Direitos humanos e desenvolvimento. Energia, meio ambiente e sustentabilidade. Desenvolvimento Tecnológico, internet e propriedade intelectual. Tributação, empresa e Relações público-privadas.

BIBLIOGRAFIA:

BRUM, Argentino J. Desenvolvimento econômico brasileiro. 21.ed. Petrópolis: Unijuí; Vozes, 1999.

CASTRO, Antonio Barros de. Esgotamento versus continuidade na industrialização brasileira. In: ____ et al. O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COUTINHO, Ana Luísa Celino; BARACHO, Hertha Urquiza. A efetividade do princípio da capacidade contributiva como requisito para o desenvolvimento fiscal sustentável. In: ____BASSO, Ana Paula et al. Direito e Desenvolvimento Sustentável: Desafios e perspectivas. Curitiba: Juruá, 2013.

COUTINHO, Diogo R. Direito, desigualdade e desenvolvimento. São Paulo: Saraiva, 2014. COUTINHO, Diogo R. O direito no desenvolvimento econômico. Revista eletrônica de direito administrativo econômico. n. 37. Fev/mar./abr. 2014.

FAJNZYLBBER, Fernando. Industrialização na América Latina: de caixa-preta ao conjunto vazio. In: Bielschowsky, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, Brasília, IPEA, 21, jun., 2000.

GONÇALVES, Oksandro; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Cláudia. Desenvolvimento e sustentabilidade. Curitiba: Ithala, 2015.

RISTER, Carla Abrantkoski. Direito ao desenvolvimento: antecedentes, significados e consequências. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

- Direito Econômico Contemporâneo

A superação do juspositivismo produziu cenário mais favorável à interdisciplinaridade e possibilitou a aproximação entre o direito e a economia. Importantes mutações no contexto do direito regulatório e administrativo se somam às mudanças na ordem econômica global. A história da economia política no Brasil, a evolução dos métodos de regulação econômica, a análise econômica do direito, o direito e desenvolvimento, a teoria dos jogos, tudo isso fornece ferramentas para o estudioso enfrentar problemas com maior cientificidade e realismo. Em suma, o presente curso visa apresentar aos alunos da disciplina Direito Econômico Contemporâneo, no contexto do mestrado profissional em direito, o instrumental teórico e prático para compreender e contextualizar situações jurídicas complexas, mediante o emprego de regras e críticas da razão econômica.

BIBLIOGRAFIA:

BAGNOLI, Vicente. Direito Econômico e Concorrencial. São Paulo: RT, 7ª ed. 2017.

BIANCHI, José Flávio. O Debate sobre Direito e Desenvolvimento no Brasil e o Neoinstitucionalismo econômico. Dissertação de Mestrado, UnB. 2013.

CAMILIO JUNIOR, Ruy Pereira. Direito Societário e Regulação Econômica. São Paulo: Manole, 2018.

CYRINO, André. Direito Constitucional Regulatório. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2018.

DA FONSECA, João Bosco Leopoldino. Direito Econômico. Rio de Janeiro: Forense, 2017;

DE CASTRO, Antônio Carlos Lúcio. Direito Econômico e a Legitimidade das Decisões Judiciais. Curitiba: Juruá, 2015.

DE MENDONÇA, José Vicente. Direito Constitucional Econômico. A Intervenção do Estado na Economia à Luz da Razão Pública e do Pragmatismo. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

DECKER, Christopher. Modern Economic Regulation. An Introduction to Theory and Practice, Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

GICO JR, Ivo. Metodologia e Epistemologia da Análise Econômica do Direito. Economic Analyses of Law Review, V. 1, nº 1, p. 7-33, Jan-Jun, 2010.

GODOY, Arnaldo. Introdução ao Movimento Critical Legal Studies. Fabris, 2005.

KENNEDY, Duncan. Law-and-Economics from the Perspective of Critical Legal Studies. (in) The New Palgrave Dictionary of Economics and Law (Peter Newman (ed.), 1998.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Fernandes. Novo Perfil da Regulação Estatal. Administração Pública de Resultados e Análise de Impacto Regulatório. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SUNSTEIN, Cass et THALER, Richard. Nudge. Improvising Decisions About Health, Wealth and Happiness. New York: Penguin Groups, 2009.

TABAK, Benjamin. A Análise Econômica do Direito: Proposições Legislativas e Políticas Públicas. Revista de informação legislativa, v. 52, n. 205, p. 321-345, jan./mar. 2015

TIMM, Luciano Benetti (org.). Direito e Economia no Brasil. São Paulo Atlas, 2014.

- **Relações Privadas e Direitos Fundamentais**

O curso pretende discutir as principais mudanças no Direito Privado contemporâneo, a partir do reconhecimento das matrizes históricas mais importantes na formação do modelo brasileiro de Direito Privado (romanista e germanista); a eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações privadas; a releitura funcionalizante imposta pela pauta axiológica constitucional; e seus reflexos na relação entre direito e economia, principalmente num cenário de economia globalizada com o que vivemos atualmente.

BIBLIOGRAFIA

CALDERON, Ricardo Calderon. Princípio da afetividade no Direito de Família. 2 ed. RJ: Forense, 2017. Introdução e capítulo 5, seção VII

Frederico Augusto Barbosa de Silva. Roberto Freitas Filho. O Judiciário cordial, a violência e a corrupção na América Latina. Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor. Disponível em <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/8210>.

FREITAS FILHO, Roberto. MIRANDA, Alessandra. Políticas públicas e acesso à creche no Distrito Federal: Atuação do Poder Judiciário. *Direito Público*, v. 15, n. 86, mar - abr 2019, 198-223.

Ingeborg Maus. O Judiciário como Superego da Sociedade, disponível em <http://www.direitocontemporaneo.com/wp-content/uploads/2014/02/JUDICI%C3%81RIO-COMO-SUPEREGO-DA-SOCIEDADE.pdf>.

Ingeborg Maus. O Judiciário como Superego da Sociedade. (internet)

José Eduardo Faria. *O Direito na Economia Globalizada*, 1999

José Reinaldo de Lima Lopes. Decidindo sobre recursos escassos: raciocínio jurídico e economia. In *Direitos Sociais: teoria e prática*. São Paulo: Método, 2006

LIMA LOPES, José Reinaldo de. Filosofia analítica e hermenêutica: preliminares a uma teoria do Direito como prática. *Revista de informação legislativa: RIL*, v. 53, n. 212, p. 203-226, out./dez. 2016. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/212/ril_v53_n212_p203>.

Luis Fernando Barzotto. *Filosofia do Direito*. Livraria do Advogado, 2010.

Roberto Freitas Filho e Thalita M. Lima. Indenização por dano extrapatrimonial com função punitiva no Direito do Consumidor, capítulo de livro.

Roberto Freitas Filho. *Intervenção judicial nos contratos e aplicação dos princípios e cláusulas gerais*. Porto Alegre: SAFE, 2009

SAMPAIO, Marília de Ávila e Silva. Considerações gerais sobre superendividamento e concessão responsável de crédito. (via digital)

Zygmunt Bauman. *Vida Para Consumo*. Zahar, 2008

- **Metodologia de Pesquisa**

Introdução à escrita acadêmica; Concepção da construção de pesquisa; Habilidades para utilizar os instrumentos de pesquisa; O trabalho científico: método, metodologia e ciência; Os instrumentos de investigação; O recorte do tema; O plano de trabalho; Cronograma: ideal e real; Redação do texto definitivo.

BIBLIOGRAFIA:

ALEXANDROV, AV. 2004. How to write a research paper. *Cerebrovasc Dis.*; 18: 135–138

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. 2008. A arte da pesquisa. Tradução de Henrique Rego Monteiro. 2. ed., 2. tir. São Paulo: Martins Fontes.

CINTRA, A. M. M. Determinação do tema de pesquisa. *Ciência da Informação*, v. 11, n. 2, p. 13-16, 1982.

ECHER, Isabel Cristina. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. *Revista gaúcha de enfermagem*. Porto Alegre. Vol. 22, n. 2 (jul. 2001), p. 5-20, 2001.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál.*, Florianópolis, v. 10 n. esp., p.37-45, 2007.

NELSON, L. D., SIMMONS, J. P., & SIMONSOHN, U. 2012. Let's publish fewer papers. *Psychological Inquiry*, 23, 291–293

NOBRE, MARCOS 2004. "Apontamentos sobre a pesquisa em direito no Brasil". *Cadernos Direito GV* 1:145-154.

OLIVEIRA, Luciano; NÃO FALE DO CÓDIGO DE HAMURÁBI! A pesquisa sócio jurídica na pós-graduação em Direito

REIZ, Pedro. Manual de técnicas de redação científica/Pedro Reiz. -- 3. ed. -- São Paulo: Editora Hyria, 2014. Cap. 14 e 15.

SPECTOR, N. Manual para a redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

WESTON, A. 2009. A construção do argumento. Tradução de Alexandre Feitosa Rosas. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

6. Lista de Disciplinas Optativas

LISTA DE DISCIPLINAS OPTATIVAS – MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO
Processo Administrativo
Justiça Multiportas e Administração Pública - autocomposição, mediação, dispute boards e arbitragem no setor público
Novos Caminhos do Direito Administrativo
Corrupção e Processo Penal

Macrocriminalidade e Criminalidade Empresarial
Direito Penal Econômico
Direito, Mercado e Consumo
Relações Empresariais Contemporâneas
Segurança Jurídica, Tributação e Desenvolvimento Econômico
Tributação e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
Análise Econômica do Direito e Justiça Distributiva: entre a eficiência e a igualdade
Serviços Públicos e Livre Iniciativa
Direito da Infraestrutura
Controle da Administração Pública: legalidade, eficiência e concorrência
Administração Pública, Participação Social e Accountability
Direito, Novas Tecnologias e Cidadania
Direitos da Personalidade na Sociedade Digital
Direito, Políticas Públicas e Regulação
Responsabilidade Empresarial por atos contra a Administração Pública
Combate à Corrupção e Integridade do Mercado

7. Corpo Docente:

a) Coordenação Acadêmica:

RICARDO MORISHITA WADA

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991) e mestrado em Direito na Universidade de São Paulo (2003). Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2017). Advogado e professor universitário, foi diretor do Departamento Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor (2003-2010) e Professor e coordenador de pesquisas de Direito do Consumidor vinculadas ao Centro de Justiça e Sociedade da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (2010-2014). Diretor de Projetos e Pesquisas no Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP.

Currículo Lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4269475H9>

b) Corpo Docente Permanente

Carlos Vinícius Ribeiro

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás (2001), Professor convidado de Direito Administrativo nas Universidades Federal, e Estadual de Goiás e Professor de Direito Constitucional na Fundação Escola Superior do Ministério Público. Ingressou em 2004 no Ministério Público do Estado de Goiás, onde é Promotor de Justiça, tendo integrado o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente como Núcleo de Apoio Técnico de Temas Transversais. Mestre em Direito do Estado na Universidade de São

Paulo, onde pesquisou as funções administrativas do Ministério Público, sua natureza jurídica, discricionariedade e limites, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Doutor em Direito do Estado na Universidade de São Paulo onde pesquisou, sob orientação da Prof. Dra. Maria Sylvia Zanella Di Pietro as ações estatais restritivas de direitos individuais em benefício dos próprios titulares. Pós-Doutorando em Direito de Estado na USP com estágio de pesquisa em Yale. Membro da International Association of Prosecutor (I.A.P.) e da International Network to Promote the Rule of Law (I.N.P.R.O.L.). Professor na Escola Superior da Advocacia da OAB de Goiás e de São Paulo. Membro Auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo exercido por 4 (quatro) anos suas funções na Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência daquele Conselho. Atualmente é Membro Colaborador da CALJ-CNMP e integra o Comitê de Governança e Estratégia do Conselho Nacional do Ministério Público. Professor Adjunto de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Membro do CEDAU - Centro de Estudos de Direito Administrativo, Ambiental e Urbanístico da USP -, presidido pela Profa. Dra. Odete Medauar.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6523415452412369>

Guilherme Pereira Pinheiro:

Pós-doutor em Direito e Democracia pela Universidade de Coimbra (Ius Gentium Conimbrigae). Doutor em Direito pela Universidade de Brasília - UnB. Mestre em Direito pela Universidade de Columbia, Nova York (LL.M) e Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Uniceub. Professor do Corpo Permanente do Programa de Mestrado Profissional e professor da Graduação em Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP. Ex-assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF. Consultor Legislativo na Câmara dos Deputados e Advogado em Brasília

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7086001928425929>

Gustavo Justino de Oliveira

Pós-Doutor em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Visitante de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2012; 2013); Professor de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da USP (graduação, mestrado e doutorado); Professor de Direito Administrativo no IDP (graduação e pós-graduação); Professor de Direito Administrativo na EDB (Mestrado); Integrante da Comissão de Direito do Terceiro Setor da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado de São Paulo; Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Advogados do Terceiro Setor - IBATS; Diretor da Revista de Direito do Terceiro Setor - RDTS (Editora Fórum); Participa das discussões sobre o papel da sociedade civil no contexto internacional, junto a agências da Organização das Nações Unidas - ONU, tais como ECOSOC, DPI e DPADM; Ex-Procurador do Estado do Paraná (1992-2006); Sócio-fundador do escritório JUSTINO DE OLIVEIRA ADVOGADOS, que atua desde 1999 nas áreas de direito público e terceiro setor (www.justinodeoliveira.com.br). Coordenou o projeto de pesquisa "Estatuto Jurídico do Terceiro Setor", na Secretaria de Assuntos Legislativos - SAL, do Ministério da Justiça (2008-2009). Tem experiência na áreas de Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo, atuando principalmente nos seguintes temas:

terceiro setor, participação popular na Administração pública, parcerias, contratos públicos, saneamento básico, serviços públicos, Consórcios Públicos, contratos de gestão, concessões de serviço público e Parcerias Público-Privadas, entre outros.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7719479896871993>

Leonardo Estrela Borges

Doutor em Direito pela Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne; Graduado e Mestre em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da UFMG; Professor do Instituto IOB (São Paulo) e do IDP (Brasília); Consultor Jurídico da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Membro da Société française pour le droit international (França); Membro do Scientific committee of the European Research Programme Human Seal (U.E.); Membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH; Membro do Corpo Editorial da Revista Brasileira de Direito Ambiental e da Revista Eletrônica de Direito Internacional. Autor e coautor de livros, dentre eles: “Les obligations de prévention dans le droit international de l’environnement - Et ses conséquences dans la responsabilité internationale des États”; “Informativo sobre a Lei Anticorrupção”; “As obrigações de prevenção no direito ambiental internacional”; “O Direito Internacional Humanitário”; e “A Corte Internacional de Justiça e a Construção do Direito Internacional”.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4336646800920225>

Luciano Felício Fuck

Doutor em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Direito (LL. M. Eur.) pela Ludwig-Maximilians-Universität de Munique (LMU) e Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Auditor de finanças e Secretário-Geral do tribunal Superior Eleitoral (TSE). Professor no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Tem experiência em Direito, especialmente em Direito Tributário e Jurisdição Constitucional.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0603872965478252>

Luiz Gurgel de Faria

Mestre e doutor em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Tributário na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atualmente em colaboração técnica com a Universidade de Brasília (UnB). Foi Professor Visitante dos cursos de Mestrado e Doutorado em Direito da UFPE. Autor de vários artigos e livros jurídicos, havendo proferido diversas palestras em seminários e congressos. Foi Juiz do Trabalho no Rio Grande do Norte (1993), Juiz Federal (1993/2000), Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região (2000/2014), no qual foi seu Diretor da Escola de Magistratura (biênio 2003/2005), Corregedor (biênio 2005/2007) e Presidente (biênio 2009/2011), além de ter sido Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (biênio 2011/2013). Atualmente é Ministro do Superior Tribunal de Justiça. (Texto informado pelo autor)

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3367957952491833>

Marlon Tomazette

Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília (1997), mestrado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2007) e doutorado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2014). Atualmente é Procurador do Distrito Federal, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP, professor da Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e professor titular do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Tem como áreas de atuação principal o direito societário, o direito falimentar e recuperacional e os contratos empresariais.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9803031618429923>

Marília de Ávila e Silva Sampaio

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (1987), graduação em letras pela Universidade de Brasília (1987), mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (2003) e doutorado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2014). Pós doutora em Direito do Consumidor na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS. Atualmente é juíza de direito - Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direito civil, direito do consumidor, superendividamento, responsabilidade civil, ato judicial, direitos de personalidade, argumentação jurídica, retórica e decisões judiciais.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0040778163383367>

Mônica Sapucaia Machado

Doutora e Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, possui Pós-Graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (2008) e Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2005). Está vinculada ao Grupo de Estudos Mulher, Sociedade e Direitos Humanos da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenadora do Curso de Pós-graduação Lato Sensu Direito Administrativo e Novas Tendências e Professora Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Direito, Justiça e Desenvolvimento da Escola de Direito do Brasil-EDB.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5593432964417622>

Ney Bello

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1990), mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2000) e doutor em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006), com pesquisa elaborada na Universidade de Coimbra, Portugal e na Università Degli Studi di Lecce, Itália. Pós-doutor em Direito Constitucional pela PUC-RS. Desembargador Federal junto ao TRF da 1ª Região. Integrante do Conselho Editorial das Revista Brasileira de Direito Ambiental, Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico e Revista de Direito Ambiental. Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão na graduação e pós-graduação. Professor em Regime de Colaboração Técnica na UnB. Possui experiência na área de Direito Público,

com ênfase em Direito Constitucional, Direito Criminal e Direito Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: direito ambiental, direito constitucional, direito constitucional ambiental, direito processual penal e direito penal.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9181447007798771>

Orlando Faccini

Doutor em Ciências Jurídico-Criminais, pela Universidade de Lisboa – Portugal. Mestre em Direito Público pela UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – RS. Especialista em Direito Constitucional pela ULBRA – Universidade Luterana do Brasil. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/SP. Professor de Direito Penal na Escola Superior da Magistratura/RS. Professor do Programa de Mestrado do IDP – Brasília. Professor convidado do Curso de Especialização em Direito Penal e Política Criminal, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Ex-Coordenador do Núcleo de Direito Penal da Escola Superior da Magistratura – RS. Atuou como representante da AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros – junto à ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, de 2014 a 2016. Delegado Brasileiro em Direito Penal junto à UIM – União Internacional dos Magistrados – nos Encontros da Cidade do México (2016), Barcelona (2015) e Foz do Iguaçu (2014). Autor dos livros: (i) Teoria Geral do Crime; (ii) Elementos de Uma Teoria da Decisão Judicial – Constituição, Hermenêutica e Respostas Corretas em Direito e (iii) O Bem Jurídico Penal: duas visões sobre a legitimação do Direito Penal a partir da teoria do bem jurídico. Organizador e coautor do livro: Temas Criminais: a Ciência do Direito Penal em Discussão. Juiz de Direito no Estado do Rio Grande do Sul. Durante o ano de 2016 atuou junto ao Gabinete do Ministro Felix Fischer, no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília – DF

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8154983539583427>

c) Professores Colaboradores e Convidados

Ao longo de 2019, diversos docentes passaram pelo MPD ministrando aulas como convidados e engajando-se nas atividades acadêmicas do curso. Foram eles:

RODRIGO DE GRANDIS

Doutor e Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Pós-graduado em Direito Penal pela Universidad de Salamanca-Espanha. Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (Mestrado Profissional e Especialização em Direito Penal Econômico e Compliance-FGV LAW), do Mestrado Profissional da Uninove e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Procurador da República (Ministério Público Federal) desde 2004, com atuação preponderante em crimes contra o sistema financeiro nacional e lavagem de ativos ilícitos. Membro do grupo de combate a cartéis da Procuradoria da República de São Paulo e do Grupo de Trabalho de Colaboração Premiada e Leniência da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Promotor de Justiça (Ministério Público do Estado de São Paulo) em 2003. Advogado entre 1999 e 2003.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2880422271821672>

TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO

Professor Doutor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – FD/UnB
Mestre e Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FD/USP
Ministro do Tribunal Superior Eleitoral
Subprocurador-Geral do Distrito Federal

Link para o Lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4252860H6>

NEFI CORDEITO

Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1988), graduação em Engenharia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1998), graduação em Oficial Militar pela Academia Policial Militar do Guatupê (1983), mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1995) e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2000). Atualmente é Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na 6ª turma (matéria criminal). Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Penal, Processual Penal e mediação, atuando principalmente nos seguintes temas: processo, processo penal, prova, penas, contraditório, lavagem de dinheiro e crimes financeiros. É professor universitário, na graduação e pós-graduação. Na pós-graduação “stricto sensu” atua na Universidade Católica de Brasília, na linha de pesquisa Direito, Desenvolvimento e Análise Econômica, e no IDP.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/5951672513643175>

AMANDA FLÁVIO DE OLIVEIRA

Professora associada de Direito na Universidade de Brasília - UNB. Foi professora decana de Direito Econômico dos cursos de graduação, mestrado e doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais (2004-2019). Doutora, Mestre e especialista em Direito Econômico pela UFMG. Advogada militante e parecerista, sócia fundadora da Advocacia Amanda Flávio de Oliveira. Conselheira da Comissão de Anistia do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Diretora da Comissão Permanente de Concorrência do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor- BRASILCON. Membro das Comissões de Direito da Concorrência e do Consumidor da OAB/MG. Foi Diretora da Faculdade de Direito da UFMG, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Conselheira do Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos, Presidente da Fundação Professor Valle Ferreira, Assessora-chefe da gestão estratégica do Supremo Tribunal Federal, Assessora especial da Presidência do Supremo Tribunal Federal, Presidente do BRASILCON - Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor e Membro consultora da Comissão Especial de Direito do Consumidor do Conselho Federal da OAB. Conferencista, participou de inúmeros Congressos no Brasil e em outros países como convidada. Autora de vários livros e artigos publicados no Brasil e no exterior.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0992117137044998>

FERNANDO MENEGUIN

Graduado em Matemática (1994), Mestre em Economia do Setor Público (2000) e Doutor em Economia (2005), pela Universidade de Brasília. Realizou pós-doutorado no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (2011). Bachelor of Science in Foreign Legal Studies AMBRA College/Florida-EUA (2012). Visiting Scholar na Universidade da Califórnia (Berkeley Law School - Law and Economics Program - 2015/16). É Consultor Legislativo do Senado Federal na área de Economia desde 2002. Foi Técnico da Receita Federal, Auditor do Tribunal de Contas do DF, Diretor-Geral da Escola de Administração Fazendária e, desde jan/2019, desempenha a função de Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor no Ministério da Justiça e Segurança Pública. No âmbito acadêmico, é Pesquisador associado do Economics and Politics Research Group-EPRG da Universidade de Brasília (UnB), Professor Titular do Mestrado em Administração Pública do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e do American College of Brazilian Studies. Possui experiência, com vários trabalhos elaborados, nas áreas de Avaliação de Políticas Públicas, Legística, Economia do Setor Público, Análise Econômica do Direito e Economia do Trabalho e Previdência, tendo sido agraciado, em 2008 e em 2012, com o Prêmio do Tesouro Nacional, em 2012, com o Prêmio Robert Cooter Award on Law and Economics, conferido pela Associação Latino Americana e Ibérica de Direito e Economia (ALACDE) e, em 2013, com o Prêmio Edgardo Buscaglia Award on Empirical Research in Law and Economics, também concedido pela ALACDE. Ministrou diversos cursos nas áreas mencionadas, inclusive no modo de ensino a distância.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7733565835713599>

8. Eventos Acadêmicos e Inovações Pedagógicas Relacionados ao MPD:

8.1. Módulo Métodos de Pesquisa Aplicada

Objetivo: O módulo integra a carga horária obrigatória da Disciplina de Metodologia de Pesquisa do MPD, que totaliza 80 horas aula. O objetivo do módulo é apresentar experiências e técnicas de pesquisa empírica no campo do direito que possam ser utilizadas pelos docentes no desenvolvimento dos seus projetos de Dissertação.

Foram realizadas duas ofertas do módulo no ano de 2019:

1º Módulo de Métodos de Pesquisa Aplicada – 27 e 28 de setembro de 2019::

LUCIANA YEUNG

Professora Assistente III e Coordenadora do Núcleo de Estudos do Judiciário do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. Doutora em Economia pela Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV). Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (1996), mestrado em Economia Aplicada - University of Wisconsin - Madison (2002) e em Relações Trabalhistas - University of Wisconsin -

Madison (2001). Foi Pesquisadora Visitante na Escola de Direito (Boalt Hall) da Universidade da Califórnia, Berkeley (EUA). Membro-fundadora e ex-Presidente (2016) da ABDE, Associação Brasileira de Direito e Economia. Membro do Conselho de Diretores da ALACDE (Associação Latinoamericana e Ibérica de Direito e Economia) (2020 -). Foi Coordenadora do Curso de Graduação em Economia do Insper (2011-2018), Professora-Visitante da Universität St Gallen (Suíça). Áreas de pesquisa e especialização: Análise Econômica do Direito (Law and Economics), Nova Economia Institucional, Microeconomia Aplicada, e Relações Trabalhistas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3780628429728581>

MARCIO CUNHA FILHO

Doutor em Direito, Estado e Constituição (UnB) e Mestre em Ciência Política (UFRGS). Professor do curso de graduação em Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e professor voluntário na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Professor do curso de especialização em Ouvidorias Públicas (CGU/OEI). Líder do grupo de pesquisa Direito e Ciência Comportamental (IDP/CNPq). Auditor Federal de Finanças e Controle, onde atuou na Ouvidoria-Geral da União (2012-2016), estando atualmente lotado na divisão de desburocratização da Secretaria Federal de Controle Interno. É também editor-adjunto da Revista da Controladoria-Geral da União (2018-) e membro do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da UnB. Foi pesquisador visitante na American University (2016-2017). Coautor do livro Lei de Acesso à Informação: teoria e prática (2014) e autor, dentre outros, do artigo The Right to Information System in Brazil: Tensions between Transparency and Control of Information (2017). É parecerista ad hoc de periódicos nacionais, tais como a Revista Jurídica da Presidência da República, a Revista de Estudos Empíricos em Direito, a Revista Brasileira de Direito e a Revista Brasileira de Ciência Política. Possui experiência em pesquisa em direito constitucional, ciência política e metodologia de pesquisa em direito, com ênfase em accountability política e social, transparência pública, participação social, direito e ciência comportamental e metodologia de pesquisa qualitativa.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6114405656374415>

ALAOR LOPES LEITE:

Mestre (LL.M.) em Direito pela Ludwig-Maximilians Universität München. Doutorando em Direito na Ludwig-Maximilians Universität München, sob a orientação do Prof. Dr. Dr. h. c. mult. Claus Roxin. Coordenador Adjunto e Membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Ciências Criminais (RBCCrim).

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5760178692478367>

MARINA QUEZADO SOARES

Doutora em Direito pela Universitat de Barcelona, bolsista CAPES. Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília, Especialista em Sistemas de Justiça Criminal pela Universidade Federal de Santa Catarina. Integra o Observatório do Sistema Penal e Direitos Humanos da Universitat de Barcelona e o Grupo Candango de Criminologia - GCCrim, da UnB.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0962431513880604>

Juliana Bonacorsi de Palma

Doutora (2014) e Mestre (2010) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Master of Laws (LL.M.) pela Yale Law School e bolsista da Lilian Goldman Perpetual Scholarship. Bacharel em Direito pela PUC-SP (2006). Foi visiting scholar na Washington College of Law - American University (2013-2014). Professora da FGV Direito SP nos programas de graduação, mestrado profissional e especialização - FGVLaw. Coordenadora do Grupo Público da FGV Direito SP e colaboradora da Escola de Formação Pública, da qual foi aluna (2004). Desenvolve pesquisas na área de Direito Administrativo, Regulação e Direito & Burocracia.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1747569713612944>

2º Módulo de Métodos de Pesquisa Aplicada – 06 e 07 de dezembro de 2019:

Profa. Dra. Elisa Colares

Doutora em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latino Americanos (ELA/UnB). Possui graduação em Ciência Política pela Universidade de Brasília (2006) e mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2009). Compõe o Colectiva Infancias, grupo de cientistas sociais latino-americanas que trabalham sobre temas fundamentais para a compreensão e o estudo das infâncias contemporâneas. É da carreira de Analista de Políticas Sociais e encontra-se atualmente como Pesquisadora no Conselho Nacional de Justiça. Atuou anteriormente no Conselho Nacional dos Direitos Humanos, na Secretaria de Políticas para as Mulheres na área de acesso à justiça de mulheres em situação de violência de gênero e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em pesquisas sobre acesso à justiça e gestão do Judiciário. Tem experiência nas áreas de Políticas Sociais e de Pesquisas Empíricas, voltadas, principalmente, aos seguintes temas: infância, violência de gênero, cidadania, migração, acesso à justiça, gestão do judiciário e métodos de avaliação de políticas públicas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6466929290767728>

Profa. Vânia Vieira

Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília - UnB com pesquisa na área de regulação e compliance anticorrupção. Mestre em Direito Administrativo pela UFMG, Especialista em Compliance pelo Instituto de Direito Penal Económico e Europeu (IDPEE), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em parceria com o Instituto de Ciências Criminais - IBCCRIM, Bacharel em Direito pela UFMG e Bacharel em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro de Minas Gerais - FJP. Professora do MBA em Compliance e Governança da UnB, do LLM - Controle e Combate à Corrupção do IDP e da Pós-Graduação em Direito Administrativo do IDP. Ex-Secretária de Estado da Controladoria-Geral do Distrito Federal. Ex-Diretora de Prevenção à Corrupção da Controladoria-Geral da União - CGU. Ex-Consultora Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Desde 2006, ocupa o cargo de Procuradora Federal da Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente, atua como Procuradora-Chefe da Escola Nacional de

Administração Pública - Enap. Tem experiência na área jurídica e de gestão pública, atuando principalmente nos seguintes temas: consultoria e assessoramento jurídico, compliance, gestão de riscos, políticas anticorrupção, transparência e acesso à informação, modernização e inovação em governo, desenho e implementação de políticas públicas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0250178371985783>

Prof. Ademar Borges de Sousa Filho

Doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e graduado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do Centro Brasileiro de Estudos Constitucionais (CBEC). Colaborador da Clínica de Direitos Fundamentais da UERJ. Procurador do Município de Belo Horizonte com atuação no STJ e no STF. Advogado. (Texto informado pelo autor)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0037608878546602>

8.2. Módulo de Escrita Acadêmica

Objetivo: O módulo integra a carga horária obrigatória da Disciplina de Metodologia de Pesquisa do MPD, que totaliza 80 horas aula. O objetivo do módulo é apresentar conceitos e técnicas de redação acadêmica para os discentes, buscando introduzi-los na linguagem acadêmica, instrumentalizar o acesso para base de dados e softwares de auxílio ao pesquisador.

Foram realizadas duas ofertas do módulo no ano de 2019:

1º Módulo de Escrita Acadêmica – 27 e 28 de setembro de 2019::

JANA MARIA BRITO

Advogada, Pesquisadora e Consultora. Possui doutorado em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie com estágio internacional na Universidade de La Rochelle. Mestrado em Direito e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Ceará; Pós-graduação em Direito Ambiental e novas tendências pela Fundação Getúlio Vargas; Formação em Resolução de Litígios Comerciais pela WTO Chair e Center on Global Trade and Investment (CGTI-FGV). Formação em Mudanças Climáticas pela United Nations Institute for Training and Research (UNITAR). Consultora ad hoc do CNPq. Foi bolsista MackPesquisa e CAPES/PDSE. Atuando principalmente nos seguintes temas: Direito internacional, Investimentos, Biodiversidade, Biodiversidade marinha, Desenvolvimento sustentável, Negociação, Metodologias de ensino.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9210257112532242>

2º Módulo de Escrita Acadêmica – 06 e 07 de dezembro de 2019:

HENRIQUE SMIDT SIMON

Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília(2002), mestrado em Direito pela Universidade de Brasília(2005) e doutorado em Direito pela Universidade de Brasília(2012). Atualmente é professor do Centro Universitário de Brasília, Professor do Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia, Professor do Instituto Brasiliense de Direito Público, Revisor de periódico da Revista Jurídica da Presidência e advogado da Martins Costa e Simon Advogados. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria do Direito. Atuando principalmente nos seguintes temas:hermenêutica jurídica, epistemologia, positivismo, princípio da proporcionalidade, decisionismo interpretativo.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2671278151712028>

8.3. I Seminário Internacional de Pesquisa Aplicada

Em 2019, o programa realizou, em parceria com o IESF – Instituto de Estudos Superiores de Fafe, o I Seminário Internacional de Pesquisa Aplicada ao Direito. Este evento contou com a participação de professores brasileiros, como Ney Bello, e de professores estrangeiros, como Enrique Vázquez-Justo e Cristina Costa Lobo. O seminário, embora organizado sobretudo pelo programa, foi voltado para toda a comunidade acadêmica, contanto inclusive com espaços para graduandos, como o painel “Metodologias de pesquisa para graduandas em Direito”. Além disto, a maior parte dos painéis realizados contou com a apresentação, pelos autores, de pesquisas aplicadas desenvolvidas nas diferentes áreas do direito. A finalidade precípua do evento foi a troca de experiência, de modo a incentivar a comunidade acadêmica à realização de pesquisas aplicadas – que ainda não são tão comuns no Direito quanto nas demais Ciências Sociais – e ainda de desmistificar este tipo de pesquisa.

8.4. I Seminário “Justiça em Números em Debate”

O Seminário Justiça em Números em Debate foi uma iniciativa dos estudantes da primeira turma do Mestrado Profissional em Direito. Interessados no levantamento de dados anuais acerca do Judiciário no Brasil, realizado pelo CNJ, e entendendo pela sua importância para a discussão dos temas jurídicos mais relevantes no país hoje, os estudantes, em conjunto com a Coordenação do curso, trouxeram membros do CNJ, ministros e outros membros da comunidade jurídica para debater conjuntamente os resultados do levantamento. A iniciativa destacou-se por permitir à comunidade acadêmica a discussão acerca de um levantamento de dados já tradicional no Brasil (a despeito de suas reformulações e da recente mudança de nome), bem como por levar os próprios discentes à composição das mesas, na qualidade de debatedores. Ancorados em sua sólida experiência profissional e utilizando as ferramentas acadêmicas adquiridas no programa, os discentes puderam sistematizar seus conhecimentos e apresentá-los à comunidade.